

LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA: IDEIAS E MESTRES DE BRAGA

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha
Professor Emérito da Universidade do Minho

Na sequência da conferência “*Lúcio Craveiro da Silva: Ideias e Mestres*” (30 de Março de 2022), sobre o legado filosófico em torno dos principais temas e de grandes Mestres sobre que escreveu, concentro-me hoje nos seus escritos sobre os Mestres originários ou radicados em Braga e temas ligados a esta cidade e região.

A/ OS MESTRES

1. Paulo Orósio, de Braga (c.385-390 – c.423) foi o autor de *História contra os Pagãos* (*Historiarum adversus Paganos libri VII*), redigida entre 416 e 418 (como o próprio diz no “Prólogo”) a pedido de Santo Agostinho, em 7 livros, que foi “a primeira história universal publicada por um autor cristão” e “o manual que toda a alta Idade Média lê, cita e repete. São inumeráveis os manuscritos que transcrevem e ainda hoje existem algumas centenas desses manuscritos. Chegou a ser traduzida para anglo-saxónico e árabe e foi dos primeiros livros que a invenção da imprensa difundiu”¹, o que atesta o seu valor.

Orósio foi obrigado a deixar a sua terra, perseguido que foi aquando das invasões germanas até à praia onde pôde embarcar: “perseguido-me eles pelo mar dentro com pedras e armas de arremesso e, estando já quase a

¹ “Introdução a Paulo Orósio” (1985), *Ensaio de Filosofia e Cultura Portuguesa*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1994 (pp. 13-26), p. 20. Doravante, *EFCP*.

alcançar-me com as mãos, um súbito nevoeiro me rodeou e me salvei”², dirigindo-se depois para Hipona, para estar com o maior intelectual do tempo – Santo Agostinho. É que “o norte de África e sobretudo o Oriente fascinavam as inteligências ávidas de cultura” e “a Europa encontrava-se submergida pelas ondas devastadoras dos bárbaros e apenas no Oriente se cultivava o brilho do pensamento e floresciam as escolas superiores e as bibliotecas”³, fascínio que atraiu também Orósio. Agostinho envia-o à Palestina, onde convive com S. Jerónimo, em Belém e Jerusalém, participa no concílio de Jerusalém, onde, contra Pelágio, sustém a tese de Agostinho e Jerónimo, e, na vinda, passando por Alexandria, é portador das relíquias de S. Estêvão – o primeiro cristão mártir – destinadas a Braga, mas, por contratempos da viagem, as deixa na ilha de Minorca.

No seu estudo, o Professor Lúcio informa sobre as relações de Orósio com Agostinho, com quem teria colaborado na redacção de *A Cidade de Deus*, esclarecendo que, se deste recebera a sugestão do plano para a *História*, porém não foi um simples discípulo do bispo de Hipona; foi um investigador autónomo, pois sobre a invasão de Roma usou fontes diferentes e refere-se a testemunhos oculares que consultou e ouviu, como revela ainda uma visão pessoal e diversa dos factos. Sobre essas relações, temos ainda a “consulta a Santo Agostinho”, *Relação* (414) essa que “é de suma importância para o conhecimento da história religiosa da Galécia, e portanto especialmente da Galiza e Portugal na época pré-nacional”, pois “testemunha duas das principais correntes religiosas heterodoxas que então surgiram nessa região”⁴; mas o origenismo era de “menor interesse para nós, já porque na Galécia não teve a expansão que Orósio provavelmente temia [...]”⁵, a que Santo Agostinho respondeu em “Contra Priscilianistas et Origenistas ad Orosium” (415).

Ora, antes e depois da viagem à Palestina, escreve a sua *História*, a primeira história universal de inspiração cristã, ou, se quisermos, a última do

² Paulo Orósio, *História contra os Pagãos. Esboço duma História da Antiguidade Oriental e Clássica*, tradução e notas de José Cardoso, introdução de Lúcio Craveiro da Silva, Braga, Universidade do Minho, 1986, III, 20, 160. Doravante, *HCP*.

³ *EFCP*, p. 15.

⁴ Orósio de Braga, *Consulta de Orósio a Agostinho acerca do erro dos Priscilianistas e Origenistas*, edição bilingue latim-português, tradução de Lúcio Craveiro da Silva e Bernardino Fernandes, introdução de Lúcio Craveiro da Silva, Braga, 1999, p. 3 [*Revista Portuguesa de Filosofia*, 55 (4) 1999 (543-558)].

⁵ *Ib.*, p. 4.

universalismo clássico, onde “não pretendeu fazer mera narrativa dos acontecimentos nem encontrar apenas as causas próximas que os motivaram. Quis, através dessa narrativa, estabelecer as leis que regem a história da humanidade, encontrar o sentido profundo do seu desenvolvimento, descobrir o êmbolo dos acontecimentos”⁶. Deste modo, Paulo Orósio foi quem primeiro escreveu uma história verdadeiramente universal, já que aí “descreve a sucessão dos quatro grandes impérios: o assírio, o macedónio, o cartaginês e o romano”; ademais, mostra como todos os impérios, como um organismo vivo, nascem, crescem e por fim morrem, lei histórica que fará eclipsar também o Império Romano, e Orósio mostrava-o já a desmoronar-se. Há 17 séculos, portanto, já Orósio entendia esta verdade histórica fulcral que hoje alguns parecem ainda não compreender, ao invadir o território da Ucrânia para reconstituir o antigo Império Russo.

Ademais, se Agostinho se dirigia aos cristãos, Orósio dirige-se aos pagãos: a Escritura surgia mais “como fonte de factos do que como argumento de Fé”, e a sua visão da história é de cunho mais racional e alicerçada numa base filosófica: se Santo Agostinho foi o grande teólogo da história, Orósio foi o grande filósofo da história. Além disso, “se foram os gregos os primeiros que conceberam as regras da história, foi Paulo Orósio, presbítero bracarense, quem primeiro escreveu uma História com sentido plenamente universal. É certo que antes de Osório, Tucídides e sobretudo Políbio, escreveram uma história de sentido cosmopolita e conceberam o género humano como um todo, Dentro desta concepção, de nítido recorte estoíco, Políbio redigiu até um esboço de história universal, ao formular as leis dos círculos históricos; mas tais círculos eram reversíveis: a história repetia-se. [...] Mas é Paulo Orósio quem realiza esta concepção com profundidade ao conceber a história como um desenrolar de desígnios todos orientados para um facto histórico: a Redenção”⁷. Esse timbre universalista tornou-a, mais tarde, benquista dos árabes, que até a traduziram na época áurea da literatura copto-árabe, dado o providencialismo divino que a enforma; outrossim, um timbre optimista, já que o passado é sempre pior que o presente (mais afastado que está da

⁶ *EFCP*, p. 20.

⁷ *Ib.*, p. 26.

verdadeira religião): o objectivo apologético leva-o a mostrar que o Cristianismo é a única esperança de melhores dias para a humanidade.

E, se Agostinho confiava na reabilitação da civilização romana, na qual vivia, “Paulo Orósio, embora de raiz romana, pertence a outra geração, a outro povo e a outra cultura. Fugitivo e exilado, adaptou-se à pátria universal onde a mesma cultura florescia”⁸; aliás, à România – dos primeiros a denominá-la assim – contrapõe “uma grande admiração pela Hispânia e sente-se peninsular, algo diferente dos romanos”⁹. E mais: neste tratado de História, Orósio defendia a tese da igualdade essencial dos diferentes povos, e o romano não é superior a qualquer outro: “Eis que Roma venceu com sorte igual à desfortuna com que é derrotada não importa em que lugar fora de Roma. Portanto, em que apreço há-de ter-se essa tão diminuta e canseirosa felicidade? Não é certo que a fortuna duma só cidade se traduz na enorme desventura dos outros?”¹⁰ Num exercício de desconstrução, Orósio mostra que a apregoada “felicidade romana” foi feita à custa da infelicidade dos povos subjogados: “Durante 200 anos a Península Hispânica por toda a parte vinha regando os seus campos com o próprio sangue. Durante esse longo tempo não foi capaz nem de repelir nem de aguentar as investidas importunas do inimigo que de resto inquietava os Hispânicos de porta a porta”¹¹. E prossegue: “que a própria Itália fale de si mesma. Por que razão durante 400 anos a Península Itálica arduosamente resistiu e se opôs aos Romanos?”, interrogando-se: “E a fortuna dos Romanos não era sinónimo de desventura para os itálicos?”¹² Tão válido é o ponto de vista romano, como o itálico ou o ibérico; há uma relatividade dos povos entre si; como assevera, tudo é relativo frente a Deus, que é o único absoluto. Mais uma outra verdade que Orósio entendia já no século IV-V, que a estultícia e barbárie, no século XXI, não atende, ao ceder à ânsia frenética dum império, pela aniquilação dum povo e a calcinação de cidades e aldeias.

⁸ *Ib.*, pp. 24-25.

⁹ *Ib.*, p. 25.

¹⁰ *HCP*, V, 1, p. 237.

¹¹ *HCP*, V, 1, p. 238.

¹² *HCP*, V, 1, p. 238.

2. Outra figura ligada a Braga, São Martinho de Dume (520-579), natural da Panónia (actual Hungria), exerceu um decisivo influxo nesta região, onde converteu ao catolicismo a corte do rei Teodemiro e o povo suevo, tendo sido “um dos autores mais férteis literariamente num tempo em que os escritores escasseavam”¹³; feito excepcional, já que foi conversão operada pelo diálogo e força dos argumentos, e não pelo argumento da força, não pelas armas.

Relevam em especial os seus tratados filosófico-morais, influenciado por Séneca, e é interessante como eles são estabelecidos princípios morais “apenas com base na inteligência humana, isto é, uma verdadeira ética filosófica, abstraindo da moral teológica fundada na Escritura. O seu ponto de vista será de aplicação prática, de utilidade concreta, com o objectivo de expor a perfeição e virtudes do Homem ‘com chá e singela simplicidade’”, donde resulta que, “em cada página, a sua visão do homem impõe-se pelo respeito da liberdade e o sentido da responsabilidade”¹⁴. Assim, em *Fórmula da Vida Honesta (Formula Vitae Honestae)*, trata da observância de quatro virtudes – prudência, magnanimidade (fortaleza), temperança e justiça –, caracterizando-as primeiramente em quatro capítulos, para depois, noutros quatro, explanar sobre o modo de regular a prudência e a fortaleza, como agir com temperança e realizar a justiça. Interessante como, nesse tempo, esclarece que a justiça é “uma tácita convenção da natureza achada para bem de muitos”, advertindo que “o próprio estado não deve governar para além do bem e do mal pois também está sujeito à justiça por ela estar escrita na luz da inteligência e na natureza das coisas”¹⁵ – num enfoque filosófico.

Curiosas também são as considerações em torno do ensaio de Martinho, *Sobre a Ira*, mas que conserva “o seu estilo pessoal, fluente e elegante”, que, como observa Lúcio Craveiro, “deve ter-lhe saído dum jacto, embora com a morosidade com que naquele tempo as penas se moviam no papel”; aí revela-se mesmo “percursor” e “um dos mestres mais antigos de psicofisiologia”, pois “estudava as paixões quase anatomicamente”, bem como “a influência das

¹³ “S. Martinho de Dume ou de Braga: ‘a nova civilização’”, in Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. I (131-140); em *Estudos da Cultura Portuguesa*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2002 (49-59), p. 52; doravante, *ECP*.

¹⁴ *Ib.*, p. 55.

¹⁵ *Ib.*, p. 56.

atitudes externas no comportamento exterior do homem e as suas reacções, com a exactidão dum especialista da psicologia experimental”¹⁶. É por demais viva a descrição que Martinho faz do homem irado¹⁷, difícil de caracterizar melhor, com palavras cheias de realismo e carregadas de experiência humana, que vale sem dúvida a pena ler. Por tudo isto, o Prof. Lúcio conclui que “S. Martinho foi uma figura inovadora e empolgante não só na Galécia, em Braga, mas precursora na Ibéria e mesmo para além Pirenéus”¹⁸. Mas outros pensadores serão analisados, ligados a Galécia, como Francisco Sanches, ilustre bracarense além Pirenéus.

3. Sobre Francisco Sanches (1550-1623), Craveiro da Silva consagrou pelo menos cinco estudos, alguns em edições estrangeiras – alemã (1960), francesa (1978) –, sobre quem diz: “foi sobretudo, a meu ver, um dos prefeccionadores mais argutos da nova época que ia surgir”. Ora, “de facto não foi ele o autor do *Discurso do Método* ou do *Novum Organon*, os grandes inovadores do método moderno da filosofia e das ciências. No entanto, o merecimento desses livros torna-se grandemente credor de Sanches, se através das linhas e do espírito do *Quod Nihil Scitur* e do plano esboçado no *De Modo Sciendi* aparece, como consequência lógica e imediata, o pensamento nuclear desses livros. E julgamos, como muitos autores, que assim é”; ora, “esta suposição torna-se certeza [...], [pois] a segunda edição do *Quod Nihil Scitur* apareceu em Frankfurt, em 1618, precisamente quando Descartes se encontrava nessa cidade”¹⁹. Na verdade, “os pontos de contacto entre o *Quod Nihil Scitur* e o *Discours de la Méthode*” manifestam-se sobretudo quer na afirmação da necessidade da dúvida metódica quer na criação de um novo método quer na precursora análise do *cogito* – como Lúcio Craveiro explica com vagar; e com mais vigor que qualquer deles, o “Philosophus et Medicus Doctor” lusitano

¹⁶ *Ib.*, p. 57.

¹⁷ São Martinho de Dume, “Da Ira”, *Opúsculos Morais*, ed. bilingue, trad. Maria L. S. Ganho *et al.*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 44-59. Na situação de irado, “[...] o sangue agita-se desde o mais profundo das entranhas e, alterada a cor, desfigura o rosto mais belo, acendem-se e cintilam os olhos, tremem os lábios, cerram-se os dentes, o peito arqueja com frequentes e veementes suspiros, gemido ansioso, a palavra é percebida com som pouco distinto, e a erupção da voz distende o pescoço enraivecido, as mãos inquietas, muitas vezes movidas pelo apertar dos dedos, ranger de dentes, passo apressado, e terra batida pelos pés, tremura dos membros, e todo o corpo agitado por instável flutuação, [...]”, pp. 46-47.

¹⁸ *Ib.*, p. 59.

¹⁹ “Francisco Sanches, filósofo” (1951), *EFCP* (57-76), p. 70.

apontou os erros da época que findava e deu-lhe um golpe mais violento²⁰, ou melhor, “é um pensador típico dessa curva da história da filosofia”²¹.

Era natural que Lúcio Craveiro se interessasse também pelas edições críticas estrangeiras²² (espanhola, francesa e inglesa) do *Quod nihil scitur*, e ponha em evidência, sem complacências, as lacunas duma edição castelhana²³ que, sobre o nosso filósofo, médico e professor universitário seiscentista, revela parcialismo e limitações; trata-se duma “tese recentemente publicada que, embora com graves defeitos de análise científica que me admira terem sido aceites numa universidade, oferece a vantagem de nos levar a recordar e discutir a polémica em torno da obra de F.S.: a interpretação do seu cepticismo e do seu propósito inovador de anunciar um novo método de saber”²⁴. De facto, o nosso Homenageado projecta uma nova luz sobre a obra de Francisco Sanches como homem do Renascimento, dilucidando o lado prospectivo desse nosso filósofo; e foi da obra de Francisco Sanches que Lúcio Craveiro, então membro da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, terá sugerido como lema da novel Instituição²⁵ – “*res ipsas examinare: verus est sciendi modus*”.

4. Com gosto realçamos o ensaio “D. Diogo de Sousa: ‘de uma aldeia fiz uma cidade’”²⁶, figura nascida no concelho de Figueiró dos Vinhos – onde eu também nasci –, arcebispo inovador que, vindo do Porto (onde foi bispo durante cerca de 10 anos) para Arcebispo de Braga, numa época “de transição dos valores medievais para os valores renascentinos”, cuja acção foi de tal grandiosidade em todos os planos que pôde dizer a D. João III (1528): “De uma

²⁰ *EFCP*, p. 76.

²¹ “Francisco Sanches nas correntes do pensamento renascentino”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 39 (3) 1983; em *EFCP* (77-89), p. 77.

²² São estas as edições em referência: *Quod nihil Scitur*, ed. e trad. espanhola de S. Rabade, J. M. Artola e M. F. Perez, Madrid, Instituto de Filosofia “Luis Vives”, 1984; *Il n’est Science de rien [Quod nihil Scitur]*, édition critique latin-français, texte établi et traduit par Andrée Comparot, Paris, Klincksieck, 1984. *That nothing is Known (Quod nihil Scitur)*, with introduction, notes and bibliography by Elaine Limbrick, Latin text, annotations, and translation by Douglas F. S. Thomson. Cambridge University Press, 1988.

²³ Trata-se da tese de Fernando Suárez, *Francisco Sanches y el escepticismo de su tiempo*, Madrid, Dobarrío, 1985.

²⁴ “Actualidade de Francisco Sanches, Filósofo”, *Forum*, Braga, Conselho Cultural da Universidade do Minho, nº 8, 1990 (159-162); em *EFCP*, (91-108) p. 92.

²⁵ “Res ipsas examinare: verus est sciendi modus”, in Manuel Gama (org.), *Biobibliografia, Sobre a Universidade*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2004, p. 181.

²⁶ “D. Diogo de Sousa (1461?-1532): de uma aldeia fiz uma cidade”, *ECP*, pp. 61-81.

aldeia fiz uma cidade à custa de meu trabalho e fazenda”. De facto, em Braga desde 1505, fascinado que era pela grandeza de Roma e outras cidades italianas, quis também “rejuvenescer e engrandecer a cidade, dando-lhe espaço, ar e luz”, com empreendimentos dentro e fora de muros, “da arquitectura às artes decorativas e ornamentais, ourivesaria e alfaias religiosas, atingindo um volume e importância verdadeiramente extraordinárias”²⁷. As capelas-mores da Sé, 107 artigos doados ao Tesouro da Sé, outras obras e doações em igrejas e monumentos, a instauração dos Estudos Públicos em Braga, chegando a solicitar ao Rei a vinda de lentes do estrangeiro, que, “se D. João III tem aceitado o alvitre e oferta do famoso arcebispo, a Universidade do Minho já podia ter séculos de existência!”²⁸

5. Ainda no plano das “Ideias”, uma menção apenas a nomes da Escola Bracaraense de Filosofia, aos quatro colegas jesuítas que Lúcio Craveiro destaca: Cassiano Abranches e a metafísica, cuja orientação resultava de duas influências preponderantes, a de Pedro da Fonseca, que foi o tema da sua tese, e as de J. Maréchal e Scheuer, com os quais teve ensejo de conviver e muito debater na Universidade de Lovaina²⁹; ora, Cassiano sustém que a fundamentação crítica da metafísica radica “na análise da consciência onde surge o problema do valor crítico do sujeito e do objecto do conhecimento que está na origem da filosofia pós-kantiana”³⁰.

Por sua vez, em “Bacelar e Oliveira: um filósofo que realiza uma Obra”, surge um filósofo cujo legado se explana entre metafísica e gnoseologia, pois, “partindo da análise radical do acto intelectual de julgar (o Juízo) em que se funda o conhecimento humano pela afirmação transcendental do Ser em que tudo é conhecido”³¹, desdobra as perspectivas da sua especulação filosófica na obra em que reúne alguns ensaios³². A sua obra foi também institucional, na edificação da Faculdade de Filosofia de Braga e na Universidade Católica

²⁷ *Ib.*, p. 65.

²⁸ *Ib.*, p. 71.

²⁹ “Cassiano Abranches (1896-1983)”, *ECP* 157-160), p. 157.

³⁰ *Ib.*, p. 159.

³¹ “Bacelar e Oliveira: um filósofo que realiza uma Obra” (1916-1999), *ECP* (161-164), p. 163.

³² *Estudos de Metafísica e Ontologia-Perspectivas de um Horizonte Filosófico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

Portuguesa, em Lisboa, da qual foi Vice-Reitor (1968-1972), depois Reitor por quatro mandatos (1972-1988).

Em “Júlio Fragata perante a fenomenologia”, clarifica como, nos seus vários livros e inolvidável magistério didáctico, “foi dos que mais contribuiu para a difusão e cultivo da fenomenologia entre nós e no Brasil”³³; sendo husserliano, se “aceita o apelo de rigor filosófico, lançado nas ‘Investigações Lógicas’”, também “reconhece a sua inconsequente falta de rigor filosófico no ‘idealismo transcendental’”³⁴, conforme explana na sua obra, e que Lúcio Craveiro compendia neste texto.

Em “António de Magalhães e a filosofia da saudade”, que “deveu o seu encontro da vocação filosófica a Leonardo Coimbra quando foi seu aluno” no Liceu³⁵, esse não foi encontro efémero, pois em torno de Leonardo e de Teixeira de Pascoais, para além de “profunda amizade pessoal e intelectual”, incrementou o movimento filosófico do saudosismo, como expressa no Poema *Divina Saudade*³⁶, mas fundando-o no “conhecimento por conaturalidade”³⁷, que colhe em S. Tomás, mas modernamente desenvolvido por Maritain, que António Magalhães soube aprofundar.

B/ AS IDEIAS

1. O Professor Lúcio foi ainda autor de ensaios cuja temática versa sobre a Região em que mais tempo viveu, Braga, desde logo “Galécia, berço da Idade Média europeia”, essa que foi “uma província romana da Antiguidade Tardia, a que os romanos deram existência e estrutura próprias e alcançou, por isso, uma base cultural típica sem a qual nenhuma região ou província adquire contornos que a diferenciem”³⁸. Ora, Galécia devia “até possuir escolas de bom

³³ “Júlio Fragata (1920-1985) perante a fenomenologia”, *ECP* 165-174) p. 165. Tiveram especial impacto os livros: *A Fenomenologia como Fundamento da Filosofia*, Braga, Livraria Cruz, 1959; *Problemas da Fenomenologia de Husserl*, Braga, Livraria Cruz, 1962; *Problemas da Filosofia Contemporânea*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1989.

³⁴ *Ib.*, p. 168.

³⁵ “António de Magalhães e a Filosofia da Saudade” (1907-1972), *ECP* 175-187), p. 175.

³⁶ *Divina Saudade*, Braga, Livraria Cruz, 1950.

³⁷ *Ib.*, pp. 180 ss.

³⁸ “Galécia, berço da Idade Média europeia” [Actas do IV Simpósio Luso-Galaico de Filosofia, 2002], in Manuel Gama (org.), *Biobibliografia, Sobre a Universidade*, op. cit. (219-224), p. 219.

nível pois nelas se formaram, por exemplo, homens como Orósio”, fazendo para aqui confluir “personalidades doutras regiões que desejassem conhecer e até estabelecer-se”, de modo que as “várias realizações [...] que culminarão com a realização final parisiense foram o desenvolvimento e aperfeiçoamento do programa cultural da Idade Média realizado primeiramente na Galécia”³⁹. Assim, a tese que Craveiro da Silva sustém pode resumir-se: Toledo visigótico, mas a época carolíngia e Paris terão sido prolongamentos do programa antes criado e desenvolvido na Galécia.

2. No breve texto “Uma Nação latente: da Galécia a Portugal”⁴⁰, partindo do texto anterior, conclui: “Se [a Galécia e as regiões de Leão e Castela] não tivessem desenvolvido um convívio diferenciado e constante, perspectivas locais desconcordes no seu viver diário, não teriam facilmente desembocado em sociedades e línguas diferentes, unidas apenas na sua política de defesa por um inimigo comum. Quando se sentiram capazes de vencer o próprio inimigo, a necessidade de ‘união política’ foi perdendo sentido e apoiando-se nessa união que social e culturalmente já existia, com D. Afonso Henriques, os seus fidalgos, o seu povo, vencendo a sul de Coimbra os mouros, consolidou a independência e a nacionalidade”.

3. Em “Bracara Augusta e as lições da História”, o Patrono desta Biblioteca mostra como a bimilenária cidade, “apesar de afastada da capital do império, graças às virtudes de suas gentes, medrou e prosperou a civilização romana. Bracara Augusta foi um florescente centro de irradiação comercial, livre dos reiterados assaltos dos piratas do mar mas servida de perto por vias marítimas, muito frequentadas desde a foz do Cávado à foz do Douro que alargavam as suas iniciativas mercantis ao norte de África, ao Próximo Oriente e às Ilhas Britânicas [...]. As recentes escavações arqueológicas confirmam a prosperidade económica da cidade, como o afirmara Ausónio ao denominá-la *Bracara dives* [Braga rica]”⁴¹. No entanto, esse passado “nos foi ensinando

³⁹ *Ib.*, 223.

⁴⁰ Texto depositado no arquivo no sítio próprio do Patrono desta Biblioteca.

⁴¹ “Bracara Augusta e as lições da História” [Conferência na “Comemoração do Bimilenário de Bracara Augusta”, 2000], *Ser Português*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2000 (21-32), pp. 21-22.

como vencer as transformações mais onerosas das invasões que nos vieram da Europa, o ressurgir das novas devastações dos visigodos e sobretudo do tentado extermínio dos sarracenos e a reavivar a riqueza da nossa cultura e a difundí-la na descoberta de novos povos. Agora, para não ficarmos apenas a louvar glórias passadas, nos anima e orienta a precaver o futuro na presente e ainda incerta conjuntura da União Europeia”⁴², “o nosso novo futuro”.

4. No interessante estudo “Guimarães, cidade universitária” (1989), mostra como houve na região precedentes históricos, quando Frei Diogo de Murça, que estudara em Salamanca, talvez em Paris, certamente em Lovaina, foi nomeado, por ordem de D. João II, Prior de Penha Longa, onde fundou, em 1535, um colégio para os religiosos estudarem as ciências. Ora, “D. João III, em 1537, resolveu [...] transferir o Colégio para o Mosteiro da Costa”⁴³, onde, em 1539, fora concedida faculdade de concessão dos graus de bacharel, licenciado e de doutor; por outro lado, “se cairmos na conta de que a ‘pequena Universidade’ de Guimarães existiu apenas de 1537 a 1550, isto é, durante 13 anos”⁴⁴, onde estudaram figuras de relevo, e que identifica, só quase 450 depois à presença universitária na cidade berço da Nação se tornou definitiva e permanente com a Universidade do Minho.

5. São vários os estudos sobre a Região em que viveu, não regateando os encómios devidos. Assim, por exemplo, em 1948, “fui participar num congresso de sociologia na Suíça, junto do Lago dos Quatro Cantões. Uma maravilhosa paisagem [...]. Terminado o congresso regressei a Portugal, passar férias, e fui parar a Viana do Castelo [...]: sobre a beleza dos Quatro Cantões tinha ouvido falar por toda a parte; quanto à beleza de Viana do Castelo tive de a descobrir pessoalmente pois ninguém me tinha levado a compreendê-la e a admirá-la”⁴⁵. O contraste é enfatizado: apressamo-nos a elogiar o que existe fora, o que é nosso, só quando os outros o enaltecem aprendemos a valorizá-lo.

⁴² *Ib.*, p. 32.

⁴³ “Guimarães, cidade universitária” (1989), em *EFCP* (251-265), pp. 254-255.

⁴⁴ *Ib.*, p. 257.

⁴⁵ *Ser Português*, p. 69.

Esse é também o caso, quando, no norte de Itália, amigos italianos o levaram “a visitar um santuário com capelas alinhadas, a subir um monte verdejante. Frisaram-me a riqueza da sua paisagem... Nesse momento caí na conta do valor do Bom Jesus, monumento semelhante, porém não só mais grandioso mas mais inspirado”, como mais tarde confirmei “num estudo de um director do museu do Louvre: que o Bom Jesus era, no género, o melhor monumento na integração da arquitectura na natureza e, nesse sentido, uma das melhores expressões da arte barroca”⁴⁶.

6. Deixo-vos com o poema “À Serra da Estrela”⁴⁷, homenagem à sua Região, espaço que demandava, no Verão, para descanso e reflexão, também expressivo epítome autobiográfico:

*A Serra da Estrela é alta,
Da altura do olhar:
Vê-se a Serra a subir
Nunca se vê acabar...*

*És alta como um olhar
Funda como um coração,
e a minha vida passou
fez de ti habitação.*

*Ai Serra que me caíste,
Dentro do meu coração.
Não pensei que a Serra alta
tivesse tal dimensão.*

*Ó minha Serra da Estrela
Ó Serra da minha sorte,
dá-me a Estrela para a vida
dá-me a Serra para a morte.*

⁴⁶ *Ib.*, pp. 69-70.

⁴⁷ “A Serra da Estrela” (1963), *Pérgadas no Caminho*, Braga, 1976, p. 25.